

REGIME DE COLABORAÇÃO APRESENTADO NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Cínthia Luiz da Silva¹
Marcelo Diniz Monteiro de Barros²

Resumo: A Base Nacional Comum Curricular é um documento do Ministério da Educação que apresenta definições de aprendizagens e tem como pretensão reduzir a fragmentação das políticas educacionais em níveis municipais, estaduais e federais, e servir como um guia para a elaboração de currículos e propostas pedagógicas em toda a rede escolar do país. O objetivo deste trabalho foi examinar as diretrizes e orientações propostas pela BNCC em relação a aplicação da colaboração no ensino brasileiro. Essa pesquisa teve uma abordagem qualitativa caracterizada como pesquisa documental. A colaboração está presente em todas as sessões do documento, incluindo as três etapas do ensino, educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, ainda que tenha sido encontrada com maior frequência no Ensino Fundamental. A área de linguagens se destacou, especialmente no componente curricular da língua portuguesa. A aprendizagem colaborativa é uma maneira efetiva de tornar o aprendizado envolvente e significativo com protagonismo e atuação ativa dos estudantes, o que reforça a relevância deste estudo a fim de que essa prática seja cada vez mais implementada na educação básica.

Palavras-chave: colaboração; base nacional comum curricular; estratégia de ensino.

COLLABORATIVE REGIME AS PRESENTED IN THE NATIONAL COMMON CURRICULAR BASE: CHALLENGES AND OPPORTUNITIES IN BASIC EDUCATION

Abstract: The National Common Curricular Base (BNCC) is a document from the Ministry of Education that provides definitions of learning objectives and aims to reduce the fragmentation of educational policies at the municipal, state, and federal levels. It serves as a guide for the development of curricula and pedagogical proposals throughout the school system in the country. The objective of this work was to examine the guidelines and recommendations proposed by the BNCC regarding the application of collaboration in Brazilian education. This research had a qualitative approach characterized as documentary research. Collaboration is present in all sections of the document, including the three stages of education: early childhood education, elementary education, and high school, although it was found

¹ Mestre em Ensino de Ciências pela Universidade Federal de Ouro Preto (2020)

² Doutorado em Ensino em Biociências e Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz, Brasil(2014) Professor adjunto IV da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais , Brasil

more frequently in elementary education. The area of languages stood out, especially in the Portuguese language curriculum component. Collaborative learning is an effective way to make learning engaging and meaningful with student involvement and active participation, reinforcing the relevance of this study to promote the increasing implementation of this practice in basic education.

Keywords: collaboration; national common curricular base; teaching strategy.

Introdução

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é o resultado de longos embates em torno da definição de um Currículo Nacional para a educação brasileira. Elaborado pelo Ministério da Educação (MEC), esse documento foi baseado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)³, e tem como objetivo traçar os rumos para a qualidade da educação no Brasil e, dessa forma, visa assegurar aos alunos direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE)⁴.

Desde os anos 1990, após a ratificação da Constituição de 1988 e o início da análise de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), surgiram debates mais intensos sobre o conteúdo que deveria compor o currículo da Educação Básica. Esses debates ocorreram de maneira direta ou indireta, dependendo do contexto. Após a aprovação da nova LDB em 1996, esse debate ganhou ainda mais destaque com a discussão dos Parâmetros Curriculares Nacionais⁵. De lá para cá, houve uma série de debates, ações, movimentos, críticas, defesas (nem sempre muito explícitas) em torno da necessidade ou não de um currículo nacional⁶.

No dia 15 de dezembro de 2017 foram votados em sessão pública do Conselho Nacional de Educação (CNE) o Parecer e a Resolução referentes à Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil e Ensino Fundamental (BNCC).

No Brasil, especialmente após o impeachment de Dilma Rousseff, ocorreram significativas regressões nas políticas sociais e educacionais, resultantes da

³ BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

⁴ DA MATTA, Roberta Rodrigues; DE BARROS, Marcelo Diniz Monteiro; DE MEIRELLES, Rosane Moreira Silva. A FOTOGRAFIA COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO APRESENTADA NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: ENTRAVES E POSSIBILIDADES. *Criar Educação*, v. 12, n. 1, p. 21-40, 2023.

⁵ GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. *Escola SA: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília: CNTE, p. 9-49, 1996.

⁶ AGUIAR, Márcia Angela da Silva; DOURADO Luiz Fernandes (Org). A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas.[Livro Eletrônico]. Recife: ANPAE.

implementação de novas práticas, programas e ações pelo Governo Federal. Além disso, essas medidas passaram a ser adotadas de maneira mais centralizada, sem uma participação mais abrangente da sociedade civil organizada. Além disso, essas iniciativas começaram a ser influenciadas por ideias privatistas, ignorando os avanços alcançados pelas entidades e instituições comprometidas com a educação pública de qualidade orientada para o bem-estar social⁷.

A BNCC, homologada em 2018, tem como objetivo principal reduzir a fragmentação das políticas educacionais em níveis municipais, estaduais e federais, e servir como um guia para a elaboração de currículos e propostas pedagógicas em toda a rede escolar do país⁸. Apesar disso, mesmo diante de um cenário de redução dos gastos públicos e de uma liberalização econômica sem precedentes, o compromisso com uma escola democrática e com a garantia da educação como um direito humano para todos continua sendo um ponto de referência para muitos educadores e jovens. Eles têm demonstrado essa dedicação ao reocupar as escolas que lhes pertencem, sempre que necessário⁹.

O tema abordado neste trabalho é a educação colaborativa. Colaborar, cooperar são abordagens de trabalho em conjunto, entre duas ou mais pessoas, em que se estima a partilha de conhecimentos, histórias e saberes-fazer. Esses conhecimentos compartilhados podem resultar numa tomada de decisão coletiva ou numa ação/produto que tenha a contribuição de todos.

Nessa perspectiva, "A colaboração é um processo interativo que permite a pessoas com formações diversificadas construir respostas criativas para problemas que são mutuamente definidos¹⁰." Por sua vez, ainda são pouco claras as definições sobre a colaboração em literaturas especializadas. E que mesmo apesar de ser muito discutido na atualidade, o conceito de colaboração ainda é mal aplicado nas interações profissionais em escolas¹¹.

⁷ DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os impactos nas políticas de regulação e avaliação da educação superior. *A BNCC na contramão do PNE*, v. 2024, p. 38-43, 2014.

⁸ BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017.

⁹ ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera. "A formação das novas gerações como campo para os negócios? Aguiar, Márcia Angela da Silva; Dourado Luiz Fernandes (Org). *A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas*. [Livro Eletrônico]. Recife: ANPAE (2018).

¹⁰ IDOL, Lorna; NEVIN, Ann; PAOLUCCI-WHITCOMB, Phyllis. *Collaborative consultation*. Pro-ed, p.35, 1994.

¹¹ FRIEND, Marilyn; COOK, Lynne. *Interactions: Collaboration skills for school professionals*. Longman Publishing Group, 95 Church Street, White Plains, NY 10601, 1992.

Ressalta-se, também, que a própria BNCC traz em seus princípios a valorização da colaboração como meio para se alcançar a aprendizagem. Conforme o documento aponta, cabe aos educadores:

[...] decidir sobre formas de organização interdisciplinar dos componentes curriculares e fortalecer a competência pedagógica das equipes escolares para adotar estratégias mais dinâmicas, interativas e colaborativas em relação à gestão do ensino e da aprendizagem¹².

Diante disso, este artigo evidencia como a aprendizagem colaborativa é abordada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O objetivo deste trabalho consiste em examinar as diretrizes e orientações propostas pela BNCC em relação a aplicação da colaboração no ensino brasileiro.

Metodologia

A pesquisa teve natureza qualitativa e descritiva¹³. Foi realizada a leitura e a busca por palavras-chave no documento disponível no site do MEC referente à versão final da BNCC¹⁴. Nele constam seis sessões: Apresentação, Introdução, Estrutura da BNCC, e as três etapas da educação básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Os resultados encontrados foram apresentados na forma de gráficos e quadros.

Foi realizada uma busca inicial na versão final da BNCC utilizando o termo colaboração. No entanto, ao iniciarmos a busca pela palavra “colaboração” na caixa de busca disponibilizada pelo formato PDF, observamos que o próprio programa operacional do pacote office também colocava como resultados palavras sinônimas. Assim, verificou-se posteriormente a necessidade de incluir derivações deste marcador, como mostra a tabela 11. Posteriormente foram analisados cada um dos termos, uma a uma, ao longo do texto. Foram incluídos neste trabalho resultados que apareceram em cada uma das sessões do documento.

¹² BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: Ministério da Educação, p. 18, 2017.

¹³ MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2004.

¹⁴ disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf.

Tabela 1: Descritores utilizados na busca na Base Nacional Comum Curricular

Descritor	Número de aparições
Colaboração	38
Colaborativa	28
Compartilhada	37
Cooperação	13
Alteridade	13
Empatia	10

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Ao longo dos resultados e discussão, foram feitas análises dos resultados encontrados para cada um dos descritores, apresentando o número de vezes que aparecem ao longo do documento. O objetivo é elucidar o leitor do número de vezes, ressaltando a importância e relevância dos termos, bem como em quais seções, área de conhecimento e/ou disciplinas em que sua incidência é maior, menor ou inexistente. Ainda nesse sentido, cada termo foi brevemente contextualizado por meio da literatura, para que a relevância ou incoerência no uso pudessem ser discutidas. Os termos também foram mostrados na íntegra, seja em tabelas ou fragmentos dos textos, conforme aparecem na BNCC, com o intuito de entender sua contextualização e compreensão do seu uso no documento.

Resultados e discussão

Seguem os resultados e análises de cada um dos marcadores encontrados no texto da Base Nacional Comum Curricular.

Colaboração

Segundo a Portaria CNE/CP n. 10¹⁵, os esforços para estabelecer o regime de colaboração entre os sistemas de ensino no Brasil têm se refletido em um

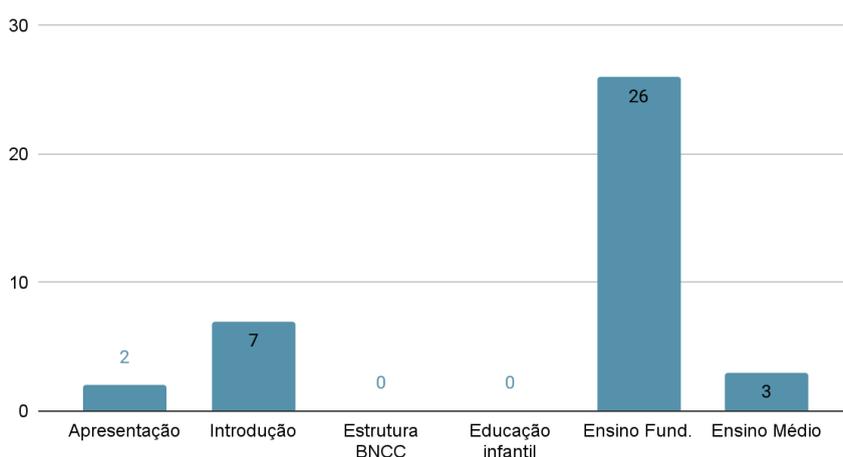
¹⁵ BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Portaria CNE/CP n. 10, de 6 de agosto de 2009. Indicações para subsidiar a construção do Plano Nacional de Educação 2011-2020. Brasília, DF: CNE/CP, 2009.

conjunto específico de práticas de gestão e implementação de políticas públicas educacionais, porém, essas práticas se mostram desorganizadas e fragmentadas, indicando falta de articulação entre si e distanciamento de um projeto nacional mais amplo de educação. A própria Portaria sugere que a ênfase do regime de colaboração deveria ser redirecionada para a implementação de um Sistema Nacional de Educação.

Foram encontrados 38 resultados para a busca pelo termo “colaboração” na BNCC. A distribuição quanto a etapa de ensino em que o termo colaboração foi encontrado está apresentada no gráfico 1. Quanto à sessão do documento, foi possível observar que o termo “colaboração” está presente em quatro das seis sessões totais.

Gráfico 1: Distribuição dos resultados para a busca do termo colaboração na BNCC por sessão do documento

Gráfico 1



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Logo na sua apresentação o documento da BNCC traz por duas vezes o termo colaboração. Em uma carta de boas vindas, assinada pelo então Ministro da Educação, Rossieli Soares da Silva, a colaboração aparece como ponto central no processo de mudanças do cenário da educação nacional.

Temos um documento relevante, pautado em altas expectativas de aprendizagem, que deve ser acompanhado pela sociedade para que, em regime de colaboração, faça o país avançar. Assim como aconteceu na etapa já homologada, a BNCC passa agora às redes de ensino, às escolas e aos educadores. Cabe ao MEC ser um grande parceiro neste processo, de modo que, em regime de

colaboração, as mudanças esperadas alcancem cada sala de aula das escolas brasileiras. Somente aí teremos cumprido o compromisso da equidade que a sociedade brasileira espera daqueles que juntos atuam na educação¹⁶.

Na sessão de introdução foram encontrados sete resultados para o termo. A introdução do documento expõe argumentos que fundamentam sua criação e implementação, em que a BNCC teria como objetivo não só ser uma referência nacional para a elaboração dos currículos escolares, promovendo maior equidade e qualidade na educação oferecida em todo o país, como também que a mesma pudesse ajudar a superar a fragmentação das políticas educacionais.

Nesse sentido, espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação [...] ¹⁷.

Merece destaque, ainda na introdução, uma subseção que aparece com o título “Base Nacional Comum Curricular e regime de Colaboração” que justifica todo o regime colaborativo da BNCC e as responsabilidades da União para coordenação do processo e de correção das desigualdades ao longo da implementação do projeto.

Legitimada pelo pacto interfederativo, nos termos da Lei nº 13.005/2014, que promulgou o PNE, a BNCC depende do adequado funcionamento do regime de colaboração para alcançar seus objetivos¹⁸.

A Educação Básica é composta pela Educação Infantil (0 à 5 anos), seguido pelo Ensino Fundamental, que regularmente se inicia a partir dos seis anos de idade e tem duração de nove anos, seguido pelo Ensino Médio, com duração de três anos¹⁹.

A Educação Infantil é um importante marco no desenvolvimento de habilidades prévias à alfabetização, uma vez que proporciona um ambiente propício

¹⁶ BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: Ministério da Educação, p. 7, 2017.

¹⁷ Ibid., p. 10.

¹⁸ Ibid., p. 20.

¹⁹ FERREIRA, Lúcia Gracia; DE ANDRADE ABREU, Roberta Melo. Características e desafios dos/nos anos iniciais do ensino fundamental: vozes de estagiários. *Revista de Estudos em Educação e Diversidade-REED*, v. 2, n. 5, p. 1-31, 2021.

para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, linguísticas e socioemocionais que são essenciais para a alfabetização. Nessa fase as crianças têm a oportunidade de desenvolver uma maior aproximação com as letras, textos, fonemas e leitura²⁰. Por sua vez, é nos anos iniciais (1º e 2º anos) do Ensino Fundamental que se espera que a criança se alfabetize. Isso significa que a alfabetização deve ser o foco da ação pedagógica.

Assim, observamos que o termo colaboração aparece 26 vezes na sessão do Ensino Fundamental. Dessas, 24 vezes nos anos iniciais, todas em habilidades da língua portuguesa. Essas habilidades abrangem o domínio do letramento, em situações escolares ou não, permitindo a análise de aspectos enunciados orais ou escritos, que viabilizem a consciência e práticas relacionadas às questões abordadas.

No período inicial da alfabetização as trocas e colaborações entre colegas e professores se mostram fundamentais para a compreensão de textos e criação de materiais didáticos, justificando o número elevado de vezes que o termo aparece nessa etapa e disciplina. O desenvolvimento consiste num processo de aprendizagem do uso das ferramentas intelectuais, por meio da interação social com outros mais experientes no uso de ferramentas²¹. Uma dessas ferramentas é a linguagem. Sob essa perspectiva, a interação social mais efetiva é aquela em que ocorre a resolução de um problema em conjunto, por meio da mentoria de um participante mais apto no processo.

Tabela 2: Habilidades da área de Linguagens – Língua Portuguesa anos iniciais do Ensino Fundamental

1	(EF15LP06) Rer e revisar o texto produzido com a ajuda do professor e a colaboração dos colegas, para corrigi-lo e aprimorá-lo, fazendo cortes, acréscimos, reformulações, correções de ortografia e pontuação.
2	(EF15LP07) Editar a versão final do texto, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, ilustrando, quando for o caso, em suporte adequado, manual ou digital.
3	(EF15LP16) Ler e compreender, em colaboração com os colegas e com a

²⁰ SILVA, Albanessa Ferreira da. O papel da educação infantil no processo de alfabetização das crianças. Repositório UFOP. 2023.

²¹ VYGOTSKY, Lev Semenovich; DA MENTE, A. Formação Social. o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores—organizadores Michael Cole (et al.); tradução José Cipolla Neto. *Luis Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche—6ª edição—São Paulo: Martins Fontes, 1998.*

	ajuda do professor e, mais tarde, de maneira autônoma, textos narrativos de maior porte como contos (populares, de fadas, acumulativos, de assombração etc.) e crônicas.
4	(EF12LP04) Ler e compreender, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor ou já com certa autonomia, listas, agendas, calendários, avisos, convites, receitas, instruções de montagem (digitais ou impressos), dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto e relacionando sua forma de organização à sua finalidade.
5	(EF01LP16) Ler e compreender, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, quadras, quadrinhas, parlendas, trava-línguas, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto e relacionando sua forma de organização à sua finalidade.
6	(EF01LP17) Planejar e produzir, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, listas, agendas, calendários, avisos, convites, receitas, instruções de montagem e legendas para álbuns, fotos ou ilustrações (digitais ou impressos), dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/ finalidade do texto.
7	(EF01LP18) Registrar, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, cantigas, quadras, quadrinhas, parlendas, trava-línguas, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto.
8	(EF12LP05) Planejar e produzir, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, (re)contagens de histórias, poemas e outros textos versificados (letras de canções, quadrinhas, cordel), poemas visuais, tiras e histórias em quadrinhos, dentre outros gêneros do campo artístico-literário, considerando a situação comunicativa e a finalidade do texto.
9	(EF12LP06) Planejar e produzir, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, recados, avisos, convites, receitas, instruções de montagem, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, que possam ser repassados oralmente por meio de ferramentas digitais, em áudio ou vídeo, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto.
10	(EF12LP08) Ler e compreender, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, fotolegendas em notícias, manchetes e lides em notícias, álbum de fotos digital noticioso e notícias curtas para público infantil, dentre outros gêneros do campo jornalístico, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.
11	(EF12LP09) Ler e compreender, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, slogans, anúncios publicitários e textos de campanhas

	de conscientização destinados ao público infantil, dentre outros gêneros do campo publicitário, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.
12	(EF12LP10) Ler e compreender, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, cartazes, avisos, folhetos, regras e regulamentos que organizam a vida na comunidade escolar, dentre outros gêneros do campo da atuação cidadã, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.
13	(EF12LP11) Escrever, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, fotolegendas em notícias, manchetes e lides em notícias, álbum de fotos digital noticioso e notícias curtas para público infantil, digitais ou impressos, dentre outros gêneros do campo jornalístico, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.
14	(EF12LP12) Escrever, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, slogans, anúncios publicitários e textos de campanhas de conscientização destinados ao público infantil, dentre outros gêneros do campo publicitário, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto.
15	(EF01LP21) Escrever, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, listas de regras e regulamentos que organizam a vida na comunidade escolar, dentre outros gêneros do campo da atuação cidadã, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.
16	(EF02LP19) Planejar e produzir, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, notícias curtas para público infantil, para compor jornal falado que possa ser repassado oralmente ou em meio digital, em áudio ou vídeo, dentre outros gêneros do campo jornalístico, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.
17	(EF12LP13) Planejar, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, slogans e peça de campanha de conscientização destinada ao público infantil que possam ser repassados oralmente por meio de ferramentas digitais, em áudio ou vídeo, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto.
18	(EF12LP17) Ler e compreender, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, enunciados de tarefas escolares, diagramas, curiosidades, pequenos relatos de experimentos, entrevistas, verbetes de enciclopédia infantil, entre outros gêneros do campo investigativo, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.
19	(EF01LP22) Planejar e produzir, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, diagramas, entrevistas, curiosidades, dentre outros gêneros do campo investigativo, digitais ou impressos, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto.
20	(EF02LP22) Planejar e produzir, em colaboração com os colegas e com a

	ajuda do professor, pequenos relatos de experimentos, entrevistas, verbetes de enciclopédia infantil, dentre outros gêneros do campo investigativo, digitais ou impressos, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto.
21	(EF01LP23) Planejar e produzir, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, entrevistas, curiosidades, dentre outros gêneros do campo investigativo, que possam ser repassados oralmente por meio de ferramentas digitais, em áudio ou vídeo, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto.
22	(EF02LP24) Planejar e produzir, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, relatos de experimentos, registros de observação, entrevistas, dentre outros gêneros do campo investigativo, que possam ser repassados oralmente por meio de ferramentas digitais, em áudio ou vídeo, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/ finalidade do texto.
23	(EF03LP22) Planejar e produzir, em colaboração com os colegas, telejornal para público infantil com algumas notícias e textos de campanhas que possam ser repassados oralmente ou em meio digital, em áudio ou vídeo, considerando a situação comunicativa, a organização específica da fala nesses gêneros e o tema/assunto/ finalidade dos textos.

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: Ministério da Educação, p. 95 a 127, 2017.

Já para os anos finais, o termo colaboração aparece 01 vez como habilidade para a língua portuguesa. Essas habilidades mais gerais envolvem o domínio contextualizado de gêneros como apresentação oral, palestra, mesa-redonda, ensaio, reportagem de divulgação científica, texto didático, infográfico, esquemas, debate, artigo de divulgação científica, artigo científico, artigo de opinião, relatório, relato (multimidiático) de campo, documentário, cartografia animada, podcasts e vídeos diversos de divulgação científica, que supõem o reconhecimento de sua função social, a análise da forma como se organizam e dos recursos e elementos linguísticos das demais espécies envolvidos na composição de textos pertencentes a esses gêneros.

Tabela 3: Habilidades da área de Linguagens – Língua Portuguesa anos finais do Ensino Fundamental

1	(EF69LP07) Produzir textos em diferentes gêneros, considerando sua adequação ao contexto produção e circulação – os enunciadores envolvidos, os objetivos, o gênero, o suporte, a circulação -, ao modo (escrito ou oral; imagem estática ou em movimento etc.), à variedade linguística e/ou semiótica apropriada a esse contexto, à construção da textualidade relacionada às propriedades textuais e do gênero), utilizando estratégias de planejamento, elaboração, revisão, edição, reescrita/redesign e avaliação de textos, para, com a ajuda do professor e a colaboração dos colegas, corrigir e aprimorar as produções realizadas, fazendo cortes, acréscimos, reformulações, correções de concordância, ortografia, pontuação em textos e editando imagens, arquivos sonoros, fazendo cortes, acréscimos, ajustes, acrescentando/ alterando efeitos, ordenamentos etc.
---	---

Fonte: Ibid., p. 143.

Na área da linguagem destinada à língua inglesa, o termo colaboração aparece uma vez no eixo da oralidade no 7º ano. A prática de compreensão e produção oral da língua inglesa, em diferentes contextos discursivos presenciais ou simulados, se faz por meio de interações discursivas de forma colaborativa em sala de aula.

Para o Ensino Médio, o termo colaboração aparece três vezes. Nessa sessão o termo surge inicialmente na introdução, contextualizando a dinâmica social contemporânea, marcada pelo desenvolvimento tecnológico e suas transformações rápidas, assim como a necessidade de preparar esse jovem, para construção do seu projeto de vida, por meio de uma cultura favorável ao desenvolvimento de seus valores.

[] ... proporcionar uma cultura favorável ao desenvolvimento de atitudes, capacidades e valores que promovam o empreendedorismo (criatividade, inovação, organização, planejamento, responsabilidade, liderança, colaboração, visão de futuro, assunção de riscos, resiliência e curiosidade científica, entre outros), entendido como competência essencial ao desenvolvimento pessoal, à cidadania ativa, à inclusão social e à empregabilidade²².

O termo colaboração também aparece na Sessão do Ensino Médio como uma competência geral das Linguagens e Suas Tecnologias, incentivando o uso de

²² Ibid., p. 468.

diferentes linguagens na autoria e desenvolvimento de uma vida pessoal e coletiva, mais crítica, ética e solidária.

Utilizar diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais) para exercer, com autonomia e colaboração, protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva, de forma crítica, criativa, ética e solidária, defendendo pontos de vista que respeitem o outro e promovam os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global²³.

Essa competência específica focaliza a construção da autonomia dos estudantes nas práticas de compreensão/recepção e de produção (individual ou coletiva) em diferentes linguagens.

Utilizar diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais) para exercer, com autonomia e colaboração, protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva, de forma crítica, criativa, ética e solidária, defendendo pontos de vista que respeitem o outro e promovam os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global²⁴.

Colaborativa

A aprendizagem colaborativa não é recente e tem origem em diversas correntes do pensamento pedagógico. A origem da aprendizagem cooperativa remonta à Grécia Antiga, enquanto os desenvolvimentos contemporâneos têm início com os primeiros psicólogos educacionais e teóricos da pedagogia do início do século XX²⁵.

Um conceito simples de aprendizagem colaborativa é que esta é uma situação de aprendizagem na qual duas ou mais pessoas aprendem ou tentam aprender algo juntas. De acordo com o autor, esse conceito geral pode ser interpretado de várias maneiras: o número de sujeitos pode variar significativamente, podendo ser duas ou milhares de pessoas; aprender algo também é um conceito amplo, podendo significar o acompanhamento de um curso ou participação em diversas atividades, como resolução de problemas; e aprender "em conjunto" pode ser interpretado de diversas formas, incluindo situações de aprendizagem presenciais ou virtuais, síncronas ou assíncronas, esforço totalmente conjunto ou com divisão de tarefas. Assim, a prática de aprendizagem colaborativa

²³ Ibid., p. 492.

²⁴ Ibid.

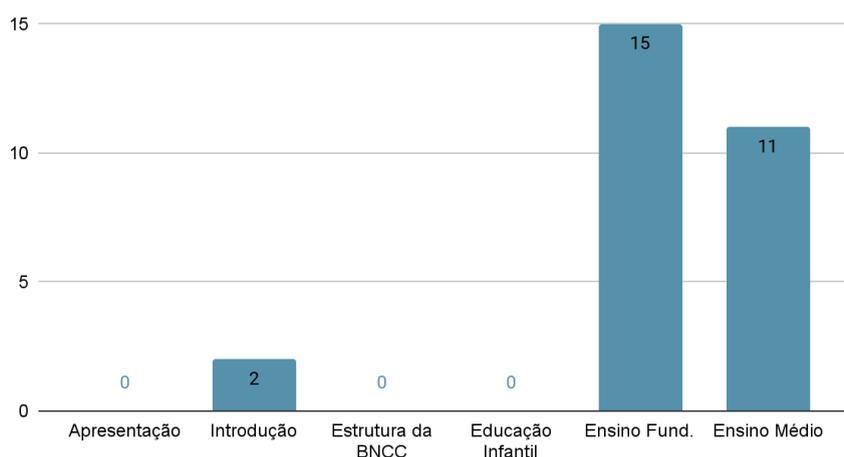
²⁵ ARENILLA, Louis; SERPA, Maria Teresa. Dicionário de pedagogia. (*No Title*), 2001.

pode adotar múltiplas caracterizações, com dinâmicas e resultados de aprendizagem diferentes para cada contexto específico²⁶.

Foram encontrados 28 resultados para a busca pelo termo colaborativa na BNCC. A distribuição quanto a etapa de ensino onde o termo foi encontrado está apresentada no gráfico 2. Quanto à sessão do documento, foi possível observar que o termo colaborativo está presente em três das seis sessões totais: (02) duas vezes na introdução, quinze (15) vezes no Ensino Fundamental e onze (11) vezes no Ensino Médio.

Gráfico 2: Distribuição dos resultados para a busca do termo colaborativa na BNCC por sessão do documento

Gráfico 2



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Interpretando o gráfico, temos que logo em sua introdução o documento nos traz a palavra colaborativa dentro de um contexto da educação integral, firmando o compromisso de reconhecer o novo momento histórico e cultural, tendo como finalidade aplicar conhecimentos para resolver problemas reais de forma autônoma, proativa, dentro das diferenças e diversidades, por meio de uma aprendizagem colaborativa.

A sociedade contemporânea impõe um olhar inovador e inclusivo a questões centrais do processo educativo: o que aprender, para que

²⁶ DILLENBOURG, Pierre. What do you mean by collaborative learning?. *Collaborative-learning: Cognitive and Computational Approaches.*, p. 1-19, 1999.

aprender, como ensinar, como promover redes de aprendizagem colaborativa e como avaliar o aprendizado²⁷.

Segundo o documento, a educação integral é aquela que assume uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem. Promove uma educação acolhedora, reconhecendo e fortalecendo o desenvolvimento pleno dos estudantes, dentro das suas singularidades e diversidades.

Por sua vez, os precursores da corrente socialista compreendiam a educação integral como caminho para uma sociedade igualitária. Buscavam, por meio dela, atingir uma formação para todos, não apenas para os burgueses. Nessa linha, seus ideais são representados pela pedagogia libertária, na qual se propõe como arcabouço filosófico e educativo o direito à liberdade, à igualdade e à autonomia²⁸.

Ainda na introdução o termo colaborativo aparece mais uma vez, agora, relacionado à composição dos currículos. Para a BNCC e currículos têm papéis complementares para assegurar as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da Educação Básica.

[] ... decidir sobre formas de organização interdisciplinar dos componentes curriculares e fortalecer a competência pedagógica das equipes escolares para adotar estratégias mais dinâmicas, interativas e colaborativas em relação à gestão do ensino e da aprendizagem²⁹.

Nesse viés o documento se compromete a desenvolver os componentes curriculares de forma a adotar estratégias mais dinâmicas e colaborativas em relação ao processo de gestão do ensino e da aprendizagem.

Dando seguimento às análises, o termo colaborativo aparece 15 vezes na sessão Ensino Fundamental. Dessas, 10 vezes em Língua Portuguesa (sendo destas 2 na introdução, 4 nos anos iniciais e 4 nos anos finais), 2 vezes em artes (introdução e anos finais), 2 vezes em língua inglesa (Introdução e anos finais) e 1 em ciências (introdução anos iniciais).

²⁷ BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: Ministério da Educação, p. 16, 2017.

²⁸ PESTANA, Simone Freire Paes. Afinal, o que é educação integral. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 9, n. 17, p. 24-41, 2014.

²⁹ BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: Ministério da Educação, p. 18, 2017.

Logo na introdução o termo se destaca vinculado às práticas de linguagem contemporâneas, envolvendo novos gêneros e textos cada vez mais multissemióticos e multimidiáticos, em que não só os conteúdos são desenvolvidos em plataformas midiáticas como também compartilhados. No mesmo seguimento esse contexto se amplia dentro do eixo de produções textuais, enfatizando a possibilidade de divulgar conhecimentos específicos por meio de um verbete de enciclopédia digital colaborativa.

Por meio das interações nas redes virtuais, as pessoas buscam construir saberes para possibilitar um ensino e uma aprendizagem de formas ativa e colaborativa. Nessa imensa teia, existem incontáveis trocas ao longo das conexões e reconexões. A convivência nesses ambientes gera transformação de conhecimentos e de saberes ao longo das interações, já que os sujeitos se tornam autores do conhecimento que emerge na rede por meio das participações³⁰.

Aumentando a comunicação, a relação entre educando, educador e eventuais grupos, por meio das redes virtuais, promovem um amplo ângulo para a aprendizagem colaborativa³¹. Segundo a pesquisadora³², “deve-se refletir sobre a necessidade de construir um ambiente virtual onde se tenha como recursos promissores a colaboração e a cooperação dos indivíduos e, sobre quaisquer desafios, a eliminação das sensações de isolamento, desânimo, ansiedade e desmotivação”.

No entanto, trabalhar na construção do saber virtualmente não é tarefa fácil, pois são necessários estímulos cognitivos e psicológicos. Neste cenário, para o pleno desenvolvimento da aprendizagem o afeto e as relações sociais são fundamentais³³, já que o aluno é um ser social cuja inteligência é constituída a partir das suas experiências e pelo tipo de aprendizagem a que é submetido.

Para a etapa dos anos iniciais em língua Portuguesa, o termo colaborativo aparece 4 vezes (Tabelas 4, 5 e 6 mostradas adiante) como Objetivos de Conhecimento das Práticas de Linguagem. Essas práticas têm como foco trabalhar capacidades/habilidades envolvidas na alfabetização ortografização, ou seja,

³⁰ BEDIN, Everton. Aprendizagem colaborativa, troca de saberes e redes sociais: tríade na educação básica. *Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia*, v. 10, n. 2, 2017.

³¹ SOUZA, Amaralina (org.). *Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede*. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

³² Ibid.

³³ MENDES NETTO, Cristiane; PERPÉTUO, Denise Graciolli A. Martins. Estratégias para construção de relações afetivas em ambientes virtuais de aprendizagem. In: *Congresso Internacional de Educação a Distância*. 2010.

trabalhar com a apropriação pelo aluno da ortografia do português do Brasil escrito, compreendendo como se dá este longo processo de construção sobre o funcionamento da língua pelo estudante, justificando a relevância do aparecimento do termo nessas situações. É preciso também estar ciente que este processo de ortografização em sua completude pode tomar até mais do que os anos iniciais do Ensino Fundamental.

Tabela 4: Práticas de Linguagem – Língua Portuguesa anos iniciais do Ensino Fundamental: 1º ao 5º ano

Práticas de Linguagem	Objetivos de Conhecimento
CAMPO ARTÍSTICO-LITERÁRIO –	
Leitura/escrita (compartilhada e autônoma)	Leitura colaborativa e autônoma

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: Ministério da Educação, p. 96, 2017.

Tabela 5: Práticas de Linguagem – Língua Portuguesa anos iniciais do Ensino Fundamental: 3º ao 5º ano

Práticas de Linguagem	Objetivos de conhecimento
CAMPO DA VIDA COTIDIANA	
Produção de textos (escrita compartilhada e autônoma)	Escrita colaborativa
Escrita (compartilhada e autônoma)	Escrita colaborativa

Fonte: Ibid., p.120.

Tabela 6: Práticas de Linguagem – Língua Portuguesa anos iniciais do Ensino Fundamental: 3º ao 5º ano

Prática de Linguagem	Objetivos de conhecimento
CAMPO DA VIDA PÚBLICA	
Produção de textos (escrita compartilhada e autônoma)	Escrita colaborativa

Fonte: Ibid., p.124.

Para a etapa do Ensino Fundamental anos finais em língua portuguesa, o termo colaborativo também aparece 4 vezes. Inicialmente em uma introdução que discute as práticas de linguagem, objetivos de conhecimento e habilidades, mais especificamente referindo-se ao campo das práticas investigativas, em que há uma ênfase nos gêneros didático-expositivos, impressos ou digitais, do 6º ao 9º ano.

Será dada ênfase especial a procedimentos de busca, tratamento e análise de dados e informações e a formas variadas de registro e socialização de estudos e pesquisas, que envolvem não só os gêneros já consagrados, como apresentação oral e ensaio escolar, como também outros gêneros da cultura digital – relatos multimidiáticos, verbetes de enciclopédias colaborativas, vídeos-minuto etc. Trata-se de fomentar uma formação que possibilite o trato crítico e criterioso das informações e dados³⁴.

Na sequência, o termo Colaborativa aparece mais três vezes dentro das habilidades, tanto nos campos de estudo e pesquisa, com o incremento das enciclopédias colaborativas, quanto no campo de atuação, para a escrita colaborativa, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 7: Habilidades da área de Linguagens – Língua Portuguesa anos finais do Ensino Fundamental

Campo de atuação	Habilidade
1_CAMPO DAS PRÁTICAS DE ESTUDO E PESQUISA	(EF69LP35) Planejar textos de divulgação científica, a partir da elaboração de esquema que considere as pesquisas feitas anteriormente, de notas e sínteses de leituras ou de registros de experimentos ou de estudo de campo, produzir, revisar e editar textos voltados para a divulgação do conhecimento e de dados e resultados

³⁴ Ibid., p.140.

		de pesquisas, tais como artigo de divulgação científica, artigo de opinião, reportagem científica, verbete de enciclopédia, verbete de enciclopédia digital colaborativa, infográfico, relatório, relato de experimento científico, relato (multimidiático) de campo, tendo em vista seus contextos de produção, que podem envolver a disponibilização de informações e conhecimentos em circulação em um formato mais acessível para um público específico ou a divulgação de conhecimentos advindos de pesquisas bibliográficas, experimentos científicos e estudos de campo realizados.
2_CAMPO PRÁTICAS ESTUDO E PESQUISA	DAS DE	(EF89LP25) Divulgar o resultado de pesquisas por meio de apresentações orais, verbetes de enciclopédias colaborativas, reportagens de divulgação científica, vlogs científicos, vídeos de diferentes tipos etc.
3_TODOS CAMPOS ATUAÇÃO	OS DE	(EF89LP35) Criar contos ou crônicas (em especial, líricas), crônicas visuais, minicontos, narrativas de aventura e de ficção científica, dentre outros, com temáticas próprias ao gênero, usando os conhecimentos sobre os constituintes estruturais e recursos expressivos típicos dos gêneros narrativos pretendidos, e, no caso de produção em grupo, ferramentas de escrita colaborativa.

Fonte Ibid., p.153 a 187.

Em seguida o termo Colaborativa, pode ser encontrado mais 2 (duas) vezes no componente curricular Artes, mais especificamente relacionando-se ao Teatro. A primeira na introdução e a segunda como habilidade. No Ensino Fundamental, o componente curricular Arte está centrado nas seguintes linguagens: as Artes visuais, a Dança, a Música e o Teatro. Essas linguagens articulam saberes e estimulam a sensibilidade, o pensamento, as emoções como formas de expressão no processo de aprendizagem em Arte, uma vez que a criação teatral passa por situações de criatividade individual e colaborativa.

[...] Os processos de criação teatral passam por situações de criação coletiva e colaborativa, por intermédio de jogos, improvisações, atuações e encenações, caracterizados pela interação entre atores e espectadores³⁵.

³⁵ Ibid., p.196.

Tabela 8: Habilidades da área de Linguagens – Artes anos finais do Ensino Fundamental

Campo de Atuação	Habilidade
TEATRO	(EF69AR23) Explorar e criar improvisações, composições, arranjos, jingles, trilhas sonoras, entre outros, utilizando vozes, sons corporais e/ou instrumentos acústicos ou eletrônicos, convencionais ou não convencionais, expressando ideias musicais de maneira individual, coletiva e colaborativa.

Fonte: Ibid., p. 209.

O Estudo da Língua Inglesa também abarca o termo colaborativa. Para a BNCC, a língua inglesa propicia a criação de novas conexões entre os alunos em um mundo cada vez mais globalizado e plural. A Língua Inglesa é, hoje em dia, considerada o idioma global de comunicação e a língua universal da Internet. Graças a isto as pessoas são, a cada dia que passa, mais obrigadas a aprender, usar e melhorar os seus conhecimentos nesta língua.

Este aparece duas vezes. Na primeira, se relaciona a escrita: “As práticas de produção de textos propostas no eixo Escrita consideram dois aspectos do ato de escrever. Por um lado, enfatizam sua natureza processual e colaborativa³⁶”. O termo colaborativo foi descrito aqui, por acreditarem que o aprendizado da nova língua se dá ora individualmente e ora de forma conjunta.

O termo aparece ainda dentro da tabela de habilidades, como mostrado a seguir.

Tabela 9: Habilidades da área de Linguagens – Língua Inglesa anos finais do Ensino Fundamental

Unidade Temática	Habilidade
EIXO LEITURA	(EF07LI01) Interagir em situações de intercâmbio oral para realizar as atividades em sala de aula, de forma respeitosa e colaborativa, trocando ideias e engajando-se em brincadeiras e jogos

Fonte: Ibid, p. 253.

Nessa habilidade o foco da aprendizagem está nas Práticas de leitura de textos diversos em língua inglesa (verbais, verbo-visuais, multimodais) presentes

³⁶ Ibid, p. 244.

em diferentes suportes e esferas de circulação. Tais práticas envolvem articulação com os conhecimentos prévios dos alunos em língua materna e/ou outras línguas, reafirmando a importância do termo nesse eixo de leitura.

No entanto, muitas vezes, não existe uma ligação eficiente entre o processo de aprendizagem e o contexto em que a aprendizagem da língua ocorre, uma vez que a base do ensino e aprendizagem das línguas é a simulação de situações, e diálogos, levam ao desinteresse e à desmotivação dos alunos. Com este tipo de trabalho as atividades e temas propostos em sala estão desconectados na vida real do aluno, tornando o processo de aprendizagem cada vez mais difícil e menos eficaz³⁷.

Por fim, o termo colaborativo aparece mais uma vez no Ensino Médio, agora dentro do Ensino de Ciências, na introdução para os anos iniciais.

É preciso oferecer oportunidades para que eles, de fato, envolvam-se em processos de aprendizagem nos quais possam vivenciar momentos de investigação que lhes possibilitem exercitar e ampliar sua curiosidade, aperfeiçoar sua capacidade de observação, de raciocínio lógico e de criação, desenvolver posturas mais colaborativas³⁸[...].

Nesse contexto, o documento da BNCC se propõe a trabalhar as ciências na Educação Básica, respeitando os conhecimentos prévios dos alunos e desenvolvendo atividades científicas em que esses alunos possam aprender experienciando e investigando situações relacionadas aos eixos de ensino propostos para o Ensino Fundamental.

Já na sessão do Ensino Médio, o termo colaborativo aparece 9 (nove) vezes no documento da BNCC. Na introdução do documento, o termo aparece 1 vez. No campo da Linguagem e suas Tecnologias 1 vez. Como habilidade da competência específica 3, o termo aparece mais 2 vezes. Já na sessão da Língua Portuguesa o termo é citado 4 vezes: 1 na Introdução e outras 3 nas habilidades. Por fim, o termo é citado no campo a que se refere a modalidade de Campo das políticas de pesquisa apenas 1 única vez, como veremos de forma detalhada a seguir.

³⁷ OLIVEIRA, Susana Alexandra; CARDOSO, Eduardo Luís. Novas perspectivas no ensino da língua Inglesa: blogues e podcasts. Educação, Formação e Tecnologias, v. 2, n. 01, p. 87-101, 2009.

³⁸ BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: Ministério da Educação, p. 331, 2017.

O Ensino Médio apresenta como finalidade, segundo o documento da BNCC, garantir a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino. Além de possibilitar o prosseguimento dos estudos a todos aqueles que assim o desejarem, o Ensino Médio deve atender às necessidades de formação geral indispensáveis ao exercício da cidadania e construir aprendizagens sintonizadas com as necessidades, realidades, interesses e possibilidades dos alunos. Nesse contexto, a BNCC traz na introdução a seguinte aparição do termo Colaborativa “Promover a aprendizagem colaborativa, desenvolvendo nos estudantes a capacidade de trabalharem em equipe e aprenderem com seus pares”³⁹. Quando nos aprofundamos para o eixo de linguagem e suas tecnologias o termo colaborativo ainda ganha ainda mais destaque para o aprendizado:

Dando continuidade à perspectiva investigativa e de abstração adotada no Ensino Fundamental, a pesquisa e a produção colaborativa precisam ser o modo privilegiado de tratar os conhecimentos e discursos abordados no Ensino Médio⁴⁰.

No contexto geral das Linguagens e Tecnologias, o termo ainda é citado duas vezes, vinculados à competência específica de número 3 (mostrado na tabela 10). Essa competência específica focaliza a construção da autonomia dos estudantes nas práticas de compreensão/recepção e de produção (individual ou coletiva) em diferentes linguagens sejam elas artísticas, corporais ou verbais.

³⁹ Ibid., p. 465.

⁴⁰ Ibid., p. 486.

Tabela 10: Competência específica – Linguagens e suas Tecnologias do Ensino Médio

Competência específica	Habilidade
3. Utilizar diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais)	(EM13LGG703) Utilizar diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais em processos de produção coletiva, colaborativa e projetos autorais em ambientes digitais.
	(EM13LGG301) Participar de processos de produção individual e colaborativa em diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais), levando em conta suas formas e seus funcionamentos, para produzir sentidos em diferentes contextos.

Fonte: Ibid., p. 493 á 497.

Seguindo as análises foram encontrados na sessão da Língua Portuguesa o termo colaborativo mais 4 vezes. Primeiramente na Introdução onde são apresentados os campos de atuação social, campos estes, que são propostos para contextualizar as práticas de linguagem no Ensino Médio. O termo aparece empregado especificamente no campo da vida social que pretende criar canais de articulação entre o estudo da Língua Portuguesa e a vida dos estudantes, além de criar maneiras colaborativas e significativas de aprendizagem.

Está em questão também possibilitar vivências significativas de práticas colaborativas em situações de interação presenciais ou em ambientes digitais, inclusive por meio da articulação com outras áreas e campos, e com os projetos e escolhas pessoais dos jovens.”⁴¹

Na sequência o termo aparece nas habilidades (Tabelas 11). Uma vez relacionada a todos os campos de ação social e as duas seguintes relacionadas ao campo da vida social. Aqui o termo “colaborativo” se expande não só ao uso de plataformas digitais que podem ser utilizadas colaborativamente, como para o próprio ato de produzir em conjunto.

Tabela 11: Habilidades da área de Linguagens – Língua Portuguesa do Ensino Médio

Habilidade	Competência Específica
(EM13LP18) Utilizar softwares de edição de textos, fotos,	7

⁴¹ Ibid., p. 502.

vídeos e áudio, além de ferramentas e ambientes colaborativos para criar textos e produções multissemióticas com finalidades diversas, explorando os recursos e efeitos disponíveis e apropriando-se de práticas colaborativas de escrita, de construção coletiva do conhecimento e de desenvolvimento de projetos.	
(EM13LP21) Produzir, de forma colaborativa, e socializar playlists comentadas de preferências culturais e de entretenimento, revistas culturais, fanzines, e-zines ou publicações afins que divulguem, comentem e avaliem músicas, games, séries, filmes, quadrinhos, livros, peças, exposições, espetáculos de dança etc., de forma a compartilhar gostos, identificar afinidades, fomentar comunidades etc.	1 e 6
(EM13LP22) Construir e/ou atualizar, de forma colaborativa, registros dinâmicos (mapas, wiki etc.) de profissões e ocupações de seu interesse (áreas de atuação, dados sobre formação, fazeres, produções, depoimentos de profissionais etc.) que possibilitem vislumbrar trajetórias pessoais e profissionais.	3

Fonte: Ibid., p. 509 a 511.

Por fim, o termo é citado no campo a que se refere aos parâmetros para a organização/progressão curriculares, possibilitando que os fatos de relevância social possam ser debatidos por meio de processos colaborativos.

Possibilitar que vivenciem processos colaborativos de apuração de fatos tidos como de relevância social, por meio de coberturas diretas, entrevistas, levantamentos de dados e afins e tratamento e divulgação de informações sobre esses fatos, utilizando ferramentas de escrita colaborativa e de curadoria e agregadores de conteúdo⁴².

Compartilhada

A aprendizagem colaborativa contribui para a formação do estudante através de quatro princípios fundamentais: o trabalho conjunto, a interatividade, a aprendizagem compartilhada e a construção de conhecimento coletivo, esperando-se dele o envolvimento ativo em sua própria aprendizagem e a inserção em um contexto social solidário e desafiador⁴³. Essa abordagem permite práticas de ensino e aprendizagem compartilhadas, criando um ambiente propício para

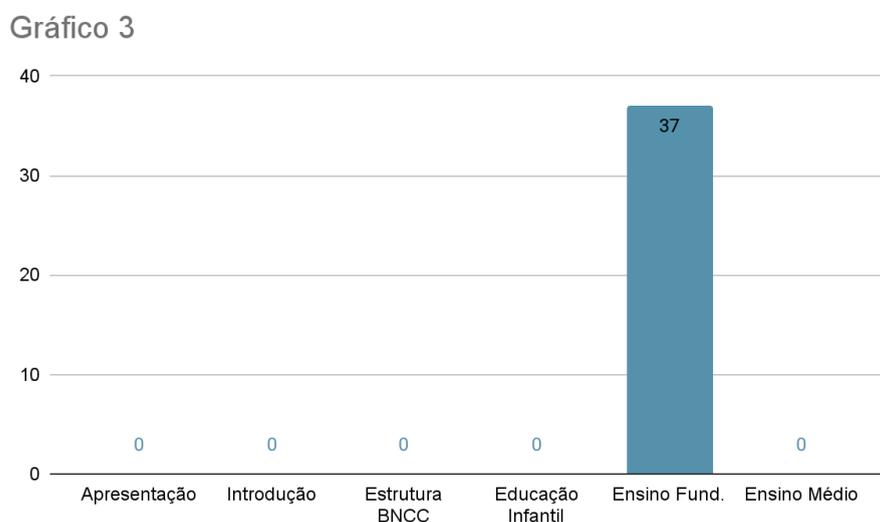
⁴² Ibid., p. 520.

⁴³ BARKLEY, Elizabeth F.; MAJOS, Claire Howell; CROSS, Patricia K. Collaborative learning techniques: a handbook for college faculty. 2. ed. San Francisco/CA: Jossey-Bass. 2014.

interação, discussão, reflexão e construção conjunta do conhecimento, através da realização de atividades e objetivos comuns. Com essa prática, os estudantes conseguem desenvolver a intelectualidade e, principalmente, tornam-se mais sociáveis, alcançando e superando metas pessoais graças à interação em grupo. Além disso, obtêm resultados positivos e significativamente mais expressivos quando se envolvem efetivamente no processo colaborativo.

Foram encontrados 37 resultados para a busca pelo termo compartilhada na BNCC. A distribuição quanto a etapa de ensino e sessão onde o termo foi encontrado está apresentada no gráfico 3. Foi possível observar que o termo compartilhado está presente em somente uma das sessões totais, sendo está a sessão do Ensino Fundamental. Dessas 37 citações, 35 delas ocorreram na Área de Linguagens (exclusivamente para Língua Portuguesa) e as outras 02 vezes na Área de Ciências Humanas do Ensino Fundamental (01 vez em Geografia e 01 vez em História).

Gráfico 3: Distribuição dos resultados para a busca do termo compartilhada na BNCC por sessão do documento



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Inicialmente o termo Compartilhada aparece 01 vez ao longo da introdução ao estudo de língua portuguesa, estando relacionado aos processos de alfabetização e ortografização que acontecem, nos primeiros anos do Ensino Fundamental, de forma compartilhada entre os alunos e professores.

Evidentemente, os processos de alfabetização e ortografização terão impacto nos textos em gêneros abordados nos anos iniciais. Em que pese a leitura e a produção compartilhadas com o docente e os colegas, ainda assim, os gêneros propostos para leitura/escuta e produção oral, escrita e multissemiótica, nos primeiros anos iniciais, serão mais simples, tais como listas (de chamada, de ingredientes, de compras), bilhetes, convites, fotolegenda, manchetes e lides, listas de regras da turma etc., pois favorecem um foco maior na grafia, complexificando-se conforme se avança nos anos iniciais⁴⁴.

A prática da leitura compartilhada de livros com crianças pequenas é amplamente reconhecida como uma das atividades mais cruciais para o desenvolvimento do conhecimento fundamental necessário à leitura competente. Esta atividade não apenas aumenta o interesse das crianças pela leitura, mas também fornece informações concretas sobre o mundo, ao mesmo tempo que ajuda a estabelecer a conexão entre letras e sons⁴⁵.

A leitura compartilhada de livros na Educação Infantil se apresenta como uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento de habilidades cruciais para o início da jornada de leitura. Isso ocorre em um contexto que é significativo, cativante e altamente motivador para as crianças pequenas⁴⁶.

Entretanto, os resultados da Avaliação Nacional de Alfabetização⁴⁷ revelam que apenas 13% das crianças nessa etapa do ensino fundamental alcançaram o nível esperado de proficiência em leitura (nível 4). A maioria das demais crianças se divide entre os níveis 1 (22%), nível 2 (33%) e nível 3 (32%). Considerando o conjunto de níveis e os percentuais correspondentes, mais de 55% das crianças apresentam deficiências consideráveis em leitura no terceiro ano.

Seguindo as análises, o termo aparece 33 vezes como prática de linguagem tanto relacionada à escrita quanto à leitura compartilhada em todos os campos de atuação e séries do Ensino Fundamental anos iniciais. Os objetivos aos quais se comprometem são diversos e vão desde a Construção do sistema alfabético/ Convenções da escrita até a escrita autônoma e compartilhada.

⁴⁴ Ibid., p. 93.

⁴⁵ BUS, Adriana G.; VAN IJZENDOORN, Marinus H.; PELLEGRINI, Anthony D. Joint book reading makes for success in learning to read: A meta-analysis on intergenerational transmission of literacy. *Review of educational research*, v. 65, n. 1, p. 1-21, 1995.

⁴⁶ JUSTICE, Laura M.; SOFKA, Amy E. *Engaging children with print: Building early literacy skills through quality read-alouds*. Guilford Publications, 2013.

⁴⁷ ANA (2016). *Avaliação Nacional da Alfabetização*. Disponível em: Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb/sobre-a-ana> Acesso em: Set. de 2023.»

Como exemplo podemos discutir a prática de linguagem no campo da vida cotidiana que está relacionada à participação em situações de leitura, próprias de atividades vivenciadas cotidianamente por crianças, adolescentes, jovens e adultos, no espaço doméstico e familiar, escolar, cultural e profissional. Nesse exemplo a BNCC traz a leitura/escrita compartilhada objetivando a maior compreensão em leitura para alunos do 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 12: Práticas de Linguagem – Língua Portuguesa anos iniciais do Ensino Fundamental: 1º e 2º anos

Práticas de linguagem	Objetivos do conhecimento
Leitura/escuta (compartilhada e autônoma)	Compreensão em leitura

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: Ministério da Educação, p. 98, 2017.*

Já no campo das habilidades o termo Compartilhada aparece 01 vez no Ensino Fundamental anos iniciais, sugerindo a leitura compartilhada, compartilhada ou colaborativa, aquela com a mediação do professor, como estratégia fundamental para construção das habilidades de linguagem, conforme já discutido e apresentado neste artigo.

Tabela 13: Habilidades da área de Linguagens – Língua Portuguesa anos iniciais do Ensino Fundamental

Habilidades
1º e 2º anos
(EF12LP02) Buscar, selecionar e ler, com a mediação do professor (leitura compartilhada), textos que circulam em meios impressos ou digitais, de acordo com as necessidades e interesses.

Fonte: Ibid., p. 99.

Para o Ensino Fundamental anos finais, o termo Compartilhada aparece 01 vez dentro do quadro de habilidades, dessa vez relacionada ao Campo Artístico-literário. Aqui o termo está contextualizado com a oralidade e a importância da leitura (compartilhada ou não) em voz alta.

Tabela 14: Habilidades da área de Linguagens – Língua Portuguesa anos finais do Ensino Fundamental

Habilidade
(EF69LP53) Ler em voz alta textos literários diversos – como contos de amor, de humor, de suspense, de terror; crônicas líricas, humorísticas, críticas; bem como leituras orais capituladas (compartilhadas ou não com o professor) de livros de maior extensão, como romances, narrativas de enigma, narrativas de aventura, literatura infantojuvenil, – [...].

Fonte: Ibid., p. 161.

Quando nós voltamos então para as análises dentro do campo das Ciências Humanas do Ensino Fundamental, observamos que o termo Compartilhada aparece 1 vez na introdução de Geografia e 01 vez na introdução de História.

Para Geografia o termo surge dentro do contexto do raciocínio geográfico, que valoriza a capacidade dos jovens de pensar espacialmente, é compartilhada por propostas curriculares de diversos países, como o Reino Unido, Portugal, Estados Unidos da América, Chile e Austrália, e se baseia no ensino de Geografia fazendo analogias, conexões, diferenciações, localizações e ordem dentro dos arranjos espaciais.

Já para História o termo aparece relacionado ao exercício da interpretação – de um texto, de um objeto, de uma obra literária, artística ou de um mito – que é fundamental na formação do pensamento crítico, na busca do saber autônomo, em que, essa autonomia, exige reconhecimento das bases da epistemologia da História (como por exemplo a autonomia compartilhada do sujeito), para tecer percepções capazes de responder aos desafios da prática historiadora presente dentro e fora da sala de aula.

Cooperação

No âmbito legislativo, a Constituição Federal de 1988⁴⁸ prevê a cooperação e a reciprocidade entre os entes federados em seu art. 211, o qual estabelece que “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino”. Por meio da Emenda Constitucional nº 14,

⁴⁸ BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei n. 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. Regulamenta o trabalho voluntário no país. Diário Oficial da União . Brasília, DF, 19 fev. 1998.

de 12 de setembro de 1996 ⁴⁹, foram promovidas alterações nas competências dos entes federados definidas neste artigo, destacando-se a função redistributiva e supletiva da União (§1º) e a atuação prioritária dos municípios no Ensino Fundamental e na Educação Infantil (§2º), além dos estados e do Distrito Federal nos Ensinos Fundamental e Médio (§3º). Posteriormente, a Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, alterando o §4º desse artigo, estabeleceu que “Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório”⁵⁰.

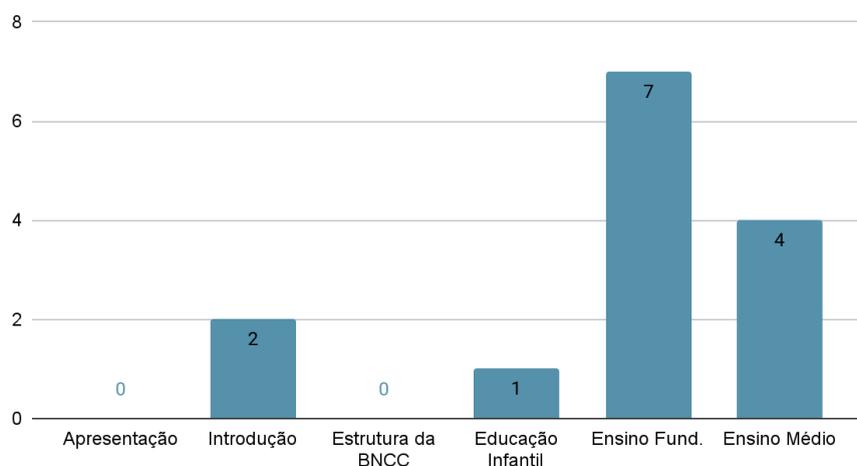
Foram encontrados 14 resultados para a busca pelo termo cooperação na BNCC. A distribuição quanto a etapa de ensino e sessão em que o termo foi encontrado está apresentada no gráfico 4. Foi possível observar que o termo cooperação está presente em quatro das seis sessões totais: Introdução, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

⁴⁹ BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Emenda Constitucional n. 14, de 12 de setembro de 1996. Modifica os artigos 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 set. 1996.

⁵⁰ BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Emenda Constitucional n. 59, de 11 de novembro de 2009. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 nov. 2009.

Gráfico 4: Distribuição dos resultados para a busca do termo cooperação na BNCC por sessão do documento

Gráfico 4



Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: Ministério da Educação, p. 10, 2017.

Na introdução da BNCC, o termo Cooperação aparece (02) duas vezes, ambas relacionadas às competências gerais na Educação Básica.

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza⁵¹.

Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a competência é descrita como a capacidade de aplicar conhecimentos (conceitos e procedimentos), desenvolver habilidades (tanto práticas quanto cognitivas, bem como socioemocionais), adotar atitudes e valores a fim de abordar com sucesso desafios complexos que surgem na vida cotidiana, na participação plena na cidadania e no âmbito profissional.

Na Educação Infantil o termo aparece uma vez dentro dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento destinados a crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses) no campo de experiência “eu, o outro e o nós”, com a finalidade de desenvolver as relações interpessoais por meio de atitudes colaborativas.

⁵¹ BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: Ministério da Educação, p. 10, 2017.

Tabela 15: Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento - Educação Infantil

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO
(EI03EO03) Ampliar as relações interpessoais, desenvolvendo atitudes de participação e cooperação

Fonte: Ibid., p. 45.

Na Educação Infantil, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento são constituídos por aprendizagens essenciais. Elas compreendem tanto comportamentos, habilidades e conhecimentos quanto vivências, sempre tomando as interações e a brincadeira como eixos estruturantes.

Já no Ensino Fundamental o termo aparece 07 (sete) vezes. Inicialmente citado na competência para Área de Linguagens. Aqui a colaboração aparece dentro de um contexto da resolução de conflitos, interessante e fundamental para o desenvolvimento interpessoal, conforme mostrado abaixo.

Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao diálogo, à resolução de conflitos e à cooperação⁵².

Na BNCC, a área de Linguagens é composta pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e, no Ensino Fundamental – Anos Finais, Língua Inglesa. A finalidade é possibilitar aos estudantes participar de práticas de linguagem diversificadas, que lhes permitam ampliar suas capacidades expressivas em manifestações artísticas, corporais e linguísticas, como também seus conhecimentos sobre essas linguagens, em continuidade às experiências vividas na Educação Infantil.

Em Educação Física o termo surge mais uma vez, sugerindo modelos de cooperação entre os adversários, como base para unidades temáticas.

Para a estruturação dessa unidade temática, é utilizado um modelo de classificação baseado na lógica interna, tendo como referência os critérios de cooperação, interação com o adversário, desempenho motor e objetivos táticos da ação [...]⁵³.

⁵² Ibid., p. 65.

⁵³ Ibid., p. 215.

Em seguida o termo aparece dentro da introdução das Ciências para os anos finais do Ensino Fundamental em que, por meio da exploração das ciências e das suas próprias vivências, os alunos possam atuar socialmente com respeito, responsabilidade, solidariedade, cooperação e repúdio à discriminação.

O termo cooperação ainda é encontrado mais 02 (duas) vezes nas habilidades de Geografia, para o oitavo ano, como mostra o quadro abaixo:

Tabela 16: Habilidades Geografia - Ensino Fundamental anos finais

Habilidades
(EF08GE11) Analisar áreas de conflito e tensões nas regiões de fronteira do continente latino-americano e o papel de organismos internacionais e regionais de cooperação nesses cenários.
(EF08GE22) Identificar os principais recursos naturais dos países da América Latina, analisando seu uso para a produção de matéria-prima e energia e sua relevância para a cooperação entre os países do Mercosul.

Fonte: Ibid., p. 389 a 391.

A primeira aparição está relacionada à unidade temática do sujeito e seu lugar no mundo, que tem como objetivos de conhecimento a distribuição da população mundial e deslocamentos populacionais, diversidade e dinâmica da população mundial e local. Já a segunda está relacionada a unidade Mundo do trabalho, que apresenta objetivos de conhecimento como os diferentes contextos e os meios técnico e tecnológico na produção e Transformações do espaço na sociedade urbano-industrial na América Latina.

Finalizando as aparições no Ensino Fundamental, o termo Cooperação surge nas Competências específicas de História indicando que a cooperação pode ser atingida por meio das discussões e interpretações dos contextos históricos.

Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito⁵⁴.

⁵⁴ Ibid., p. 402.

O termo volta então a surgir nas finalidades do Ensino Médio na contemporaneidade “construir projetos pessoais e coletivos baseados na liberdade, na justiça social, na solidariedade, na cooperação e na sustentabilidade⁵⁵”.

Para a BNCC o Ensino Médio visa aprimorar o educando como indivíduo, levando em consideração sua formação ética e o fomento do desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico. Tendo ainda o objetivo de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, ética, democrática, inclusiva, sustentável e solidária.

Na sequência o termo aparece mais (02) duas vezes, em um trecho que se repete nas páginas 490 e 492 como uma competência específica de linguagens e suas tecnologias, relacionando-se a compreensão de processos identitários.

Compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem, respeitando as diversidades e a pluralidade de ideias e posições, e atuar socialmente com base em princípios e valores assentados na democracia, na igualdade e nos Direitos Humanos, exercitando o autoconhecimento, a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, e combatendo preconceitos de qualquer natureza⁵⁶.

Por fim, o termo cooperação pode ser encontrado como uma habilidade de Ciências Humanas e Sociais, relacionada à competência específica 5 que busca respeitar os direitos humanos, identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários.

Tabela 17: Habilidade de Ciências Humanas e Sociais - Ensino Médio

Habilidade
(EM13CHS501) Analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, tempos e espaços, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a cooperação, a autonomia, o empreendedorismo, a convivência democrática e a solidariedade.

Fonte: Ibid., p. 577.

⁵⁵ Ibid., p. 467.

⁵⁶ Ibid., p. 490.

Assumimos para este estudo a noção de habilidade presente na BNCC, que entende habilidade como a capacidade de mobilizar, articular e integrar conhecimentos, atitudes e valores em um nível de saber fazer mais imediato. A competência, por sua vez, constitui-se a partir de um conjunto de habilidades, estando a competência, portanto, vinculada a um saber fazer de caráter mais amplo que o das habilidades.

Alteridade

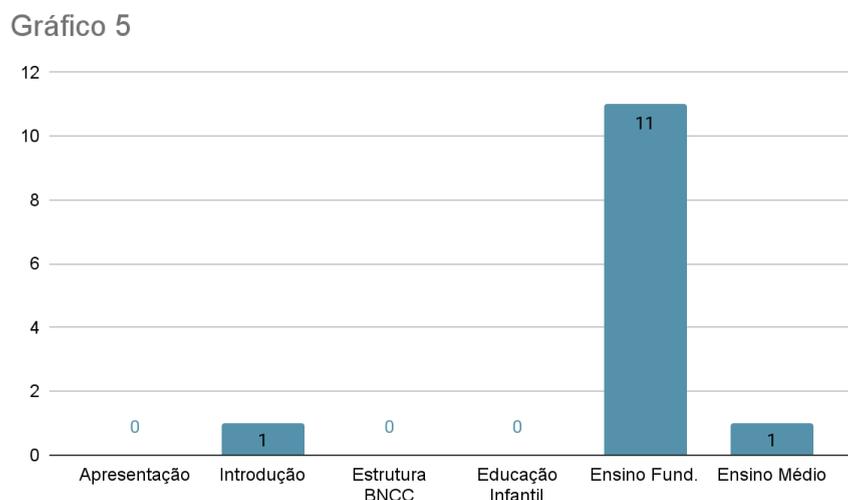
A renovação da tradição cultural e a construção da aprendizagem são aspectos inseparáveis. A educação não pode ser dissociada da esfera da alteridade, do trabalho com o pensamento coletivo, que reconhece a multiculturalidade, a diversidade e o sincretismo desde a infância. Isso porque toda ação pedagógica é um ato político e de reinvenção coletiva. Trata-se de um fenômeno de alteridade, pois o educando cresce e se desenvolve na relação com o outro e é estimulado a refletir sobre como deve agir na tomada de posição de suas próprias ações. Olhar para o outro assume importância fundamental para o processo de construção do conhecimento, pois dar voz ao outro implica aprender com ele, contribuindo assim para uma formação e desenvolvimento humanizados.

A educação adquire significado quando promove o sentimento solidário e coletivo, que se estende para ajudar o próximo, superando a opressão individualista e opressora por meio do reconhecimento e estímulo à curiosidade epistemológica que surge do pensamento crítico e coletivo. A educação deve formar sujeitos autorreflexivos em relação às suas práticas, participando e atuando de forma socialmente responsável. Para tanto, o professor precisa assumir seu papel social, que requer uma decisão político-pedagógica responsável e apaixonada⁵⁷.

Foram encontrados 13 resultados para a busca pelo termo “alteridade” na BNCC. A distribuição quanto a etapa de ensino e sessão onde o termo foi encontrado está apresentada no gráfico 5. Foi possível observar que o termo “alteridade” está presente em três (03) das seis (06) sessões totais. Uma vez (01) na Introdução, onze (11) vezes no Ensino Fundamental e uma (01) no Ensino Médio.

⁵⁷ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. 6. ed. São Paulo: Ed. da Unesp, 2000.

Gráfico 5: Distribuição dos resultados para a busca do termo alteridade na BNCC por sessão do documento



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Inicialmente o termo alteridade se encontra na introdução do documento na sessão dos currículos. A BNCC e os currículos se identificam na comunhão de princípios e valores que, como já mencionado, orientam a LDB e as DCN. Dessa maneira, reconhecem que a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica. O termo aparece associado às questões da Educação Escolar indígena, garantindo a alteridade indígena nos processos de ensino-aprendizado.

No caso da Educação Escolar Indígena, por exemplo, isso significa assegurar competências específicas com base nos princípios da coletividade, reciprocidade, integralidade, espiritualidade e alteridade indígena, [...].⁵⁸

A educação de crianças e adolescentes indígenas desempenha um papel crucial não apenas na preparação para o mercado de trabalho, mas também na preservação e fortalecimento de suas identidades culturais. Ao integrar elementos da cultura indígena no currículo escolar, é possível proporcionar uma educação mais inclusiva e alinhada com as necessidades específicas dessas comunidades. É um processo que visa preservar e fortalecer identidades culturais, promover a

⁵⁸ BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: Ministério da Educação, p. 19, 2017.

inclusão e empoderar essas comunidades para enfrentar os desafios do presente e do futuro enquanto se identificam com a própria cultura.⁵⁹

Já para a sessão do Ensino Fundamental o termo alteridade surge inicialmente em Ciências Humanas no componente Geografia, mais especificamente na unidade temática “O sujeito e seu lugar no mundo”. Aqui o termo está ligado à construção e valorização das identidades individuais e coletivas.

Além disso, pretende-se possibilitar que os estudantes construam sua identidade relacionando-se com o outro (sentido de alteridade); valorizem as suas memórias e marcas do passado vivenciadas em diferentes lugares⁶⁰.

Nesse sentido, o estudo da Geografia para a BNCC, constitui-se em uma busca do lugar de cada indivíduo no mundo, valorizando a sua individualidade e, ao mesmo tempo, situando-o em uma categoria mais ampla de sujeito social: a de cidadão ativo, democrático e solidário

Vale lembrar que o componente Geografia da BNCC foi dividido em cinco unidades temáticas comuns ao longo do Ensino Fundamental, em uma progressão das habilidades. São elas: O sujeito e seu lugar no mundo, Conexões e escalas, Mundo do trabalho, Formas de representação e pensamento espacial e Natureza, ambientes e qualidade de vida.

Ainda para o componente Geografia o termo é empregado mais uma vez, aqui se relacionando ao exercício da cidadania para os anos finais do Ensino Fundamental, “[...] espera-se que os alunos estabeleçam relações de alteridade e de modo de vida em diferentes tempos⁶¹”.

No componente História, o termo alteridade aparece relacionada ao estudo da história da África e das culturas afro-brasileira e indígena, almejando que o estudo dessas populações como artífices da própria história do Brasil.

[...]. A relevância da história desses grupos humanos reside na possibilidade de os estudantes compreenderem o papel das alteridades presentes na sociedade brasileira, comprometerem-se

⁵⁹ SANTOS, Maicon Rodrigues. AVANÇOS E RETROCESSOS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA, DURANTE OS GOVERNOS PT, MICHEL TEMER E BOLSONARO. *Revista Docência e Cibercultura*, v. 7, n. 3, p. 250-256, 2023.

⁶⁰ BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: Ministério da Educação, p. 362, 2017.

⁶¹ *Ibid.*, p. 364.

com elas e, ainda, perceberem que existem outros referenciais de produção, circulação e transmissão de conhecimentos, que podem se entrecruzar com aqueles considerados consagrados nos espaços formais de produção de saber⁶².

As próximas 08 (oito) aparições do termo alteridade no Ensino Fundamental, ocorrem no campo do Ensino Religioso. O Ensino Religioso é concebido como uma área de conhecimento na Educação Básica, respaldado pelo Art. 210 da Constituição Federal de 1988, pelo Art. 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, e pelas Resoluções do Conselho Nacional da Educação (CNE) nº 4 e 7 de 2010. Integrante do currículo do Ensino Fundamental, esse componente curricular desempenha um papel fundamental na socialização, produção e reflexão sobre conhecimentos religiosos e não religiosos.

Ao abordar esses conhecimentos, o Ensino Religioso contribui significativamente para a construção das identidades individuais e coletivas dos estudantes, exercendo uma influência marcante nas relações socioculturais. Destaca-se, portanto, como um direito de aprendizagem dos estudantes e uma parte essencial da formação integral, sendo imperativo assegurar sua presença no currículo da Educação Básica⁶³. No entanto⁶⁴, o ensino religioso apresenta desafios, uma vez que implica um distanciamento necessário do Estado laico diante da especificidade inerente aos credos religiosos. Sempre que esse dilema surge nos projetos educacionais, provoca debates intensos sobre sua pertinência e viabilidade em um país laico e multicultural. A autora⁶⁵ endossa esse pensamento fazendo críticas ao ensino religioso na BNCC quando apresenta:

A BNCC surge na política educacional como algo neutro, necessário, inevitável, uma vez que ela atenderia aos interesses de todos os segmentos sociais, Ela, na verdade, esconde as contradições sociais e os problemas inerentes à sociedade capitalista⁶⁶.

Dessa forma, o ensino religioso apresenta-se ainda hoje como uma questão desafiadora para a educação brasileira. Inicialmente o termo alteridade aparece nos

⁶² Ibid., p. 401.

⁶³ SILVA CARNEIRO, Rafael Jacson. Pressupostos do ensino religioso na escola. *Editora Licuri*, p. 228-244, 2023.

⁶⁴ CURY, Carlos Roberto Jamil. Ensino religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica recorrente. *Revista Brasileira de Educação*, p. 183-191, 2004.

⁶⁵ SILVA, José Carlos. O Currículo e o Ensino Religioso na BNCC: reflexões e perspectivas. *Revista Pedagógica*, v. 20, n. 44, p. 56-65, 2018.

⁶⁶ Ibid. pág. 62.

textos introdutórios como fundamentos teóricos e pedagógicos do Ensino Religioso, porque favorecem o reconhecimento e respeito às histórias.

[...] interculturalidade e a ética da alteridade constituem fundamentos teóricos e pedagógicos do Ensino Religioso, porque favorecem o reconhecimento e respeito às histórias, memórias, crenças, convicções e valores de diferentes culturas, tradições religiosas e filosofias de vida⁶⁷.

O Ensino Religioso busca construir, por meio do estudo dos conhecimentos religiosos e das filosofias de vida, atitudes de reconhecimento e respeito às alteridades⁶⁸.

A percepção das diferenças (alteridades) possibilita a distinção entre o “eu” e o “outro”, “nós” e “eles”, cujas relações dialógicas são mediadas por referenciais simbólicos (representações, saberes, crenças, convicções, valores) necessários à construção das identidades⁶⁹.

Na sequência é apresentado como unidade temática para o ensino religioso, estando presente como tal no primeiro, segundo e terceiro ano do Ensino Fundamental, se relacionando a objetivos de conhecimento como: O eu, o outro e o nós; O eu, a família e o ambiente de convivência; Espaços e territórios religiosos.

Tais elementos embasam a unidade temática Identidades e alteridades, a ser abordada ao longo de todo o Ensino Fundamental, especialmente nos anos iniciais. Nessa unidade pretende-se que os estudantes reconheçam, valorizem e acolham o caráter singular e diverso do ser humano, por meio da identificação e do respeito às semelhanças e diferenças entre o eu (subjetividade) e os outros (alteridades), da compreensão dos símbolos e significados e da relação entre imanência e transcendência⁷⁰.

Já na sessão do Ensino Médio, o termo alteridade é visto uma única vez na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, e propõe que os estudantes desenvolvam a capacidade de estabelecer diálogos.

Portanto, no Ensino Médio, a BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas propõe que os estudantes desenvolvam a capacidade de estabelecer diálogos – entre indivíduos, grupos sociais e cidadãos de diversas nacionalidades, saberes e culturas

⁶⁷ BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: Ministério da Educação, p. 437, 2017.

⁶⁸ *Ibid.*, p. 437.

⁶⁹ *Ibid.*, p. 438.

⁷⁰ *Ibid.*, p. 438.

distintas –, elemento essencial para a aceitação da alteridade e a adoção de uma conduta ética em sociedade⁷¹.

Empatia

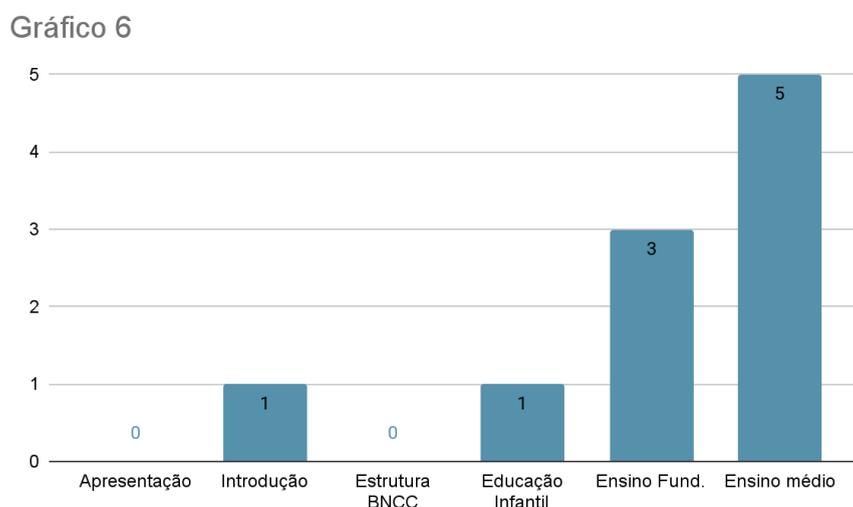
As principais habilidades socioemocionais, também conhecidas como habilidades do século XXI, são: autoconhecimento, auto regulação, relacionamento pessoal/ habilidades de relacionamento, consciência social e tomada de decisões responsáveis. O desenvolvimento das competências ligadas a essas habilidades, tal como a Empatia, propicia às crianças o entendimento de suas emoções, o foco, a atenção e a melhora do relacionamento com os outros⁷².

Foram encontrados 10 resultados para a busca pelo termo “empatia” na BNCC. A distribuição quanto a etapa de ensino e sessão onde o termo foi encontrado está apresentada no gráfico 6. Foi possível observar que o termo “empatia” está presente em quatro (04) das seis (06) sessões totais. Uma vez (01) na Introdução, uma (01) na Etapa da Educação Infantil, três (03) vezes no Ensino Fundamental e cinco (05) no Ensino Médio.

⁷¹ Ibid., p. 561.

⁷² COLAGROSSI, A. L. R.; VASSIMON, G. (2017). A aprendizagem socioemocional pode transformar a educação infantil no Brasil. *Construção psicopedagógica*, 25(26), 17-23.

Gráfico 6: Distribuição dos resultados para a busca do termo empatia na BNCC por sessão do documento



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Logo nas páginas iniciais da BNCC o termo Empatia é empregado em uma das dez competências gerais da Educação Básica, que garantem, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza⁷³.

Já na etapa da Educação Infantil o termo aparece uma vez como objetivo de aprendizagem e desenvolvimento, no campo de experiências “Eu, o outro e o nós”, para crianças pequenas, de 4 a 5 anos e 11 meses, onde as crianças são estimuladas a demonstrar pelos outros, percebendo esse outro assim como os sentimentos dele.

Tabela 18: Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento - Educação Infantil

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

⁷³ BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: Ministério da Educação, p. 10, 2017.

Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses)
--

(EI03EO01) Demonstrar empatia pelos outros, percebendo que as pessoas têm diferentes sentimentos, necessidades e maneiras de pensar e agir
--

Fonte: Ibid., p. 45.

Já para o Ensino Fundamental o termo Empatia aparece três (03) vezes. Inicialmente na introdução do estudo da Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental- Anos Finais, onde a importância da empatia no diálogo e valorização das diferenças estão em destaque.

Por fim, destaque-se a relevância desse campo para o exercício da empatia e do diálogo, tendo em vista a potência da arte e da literatura como expedientes que permitem o contato com diversificados valores, [...] ⁷⁴.

O mesmo pensamento a respeito da empatia é descrito agora para o estudo de História e suas interpretações de contextos históricos, interpretações e documentações.

Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito ⁷⁵.

Por fim, o termo empatia aparece pela última vez no contexto do Ensino Fundamental anos finais dentro das habilidades de História, abarcando a unidade temática da Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946, que tem como um dos objetivos de conhecimento desenvolver com os alunos a questão da violência contra populações marginalizadas.

Tabela 19: Habilidade de História no Ensino Fundamental- Anos finais

Habilidade
(EF09HI26) Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz,

⁷⁴ Ibid., p. 139.

⁷⁵ Ibid., p. 402.

empatia e respeito às pessoas.

Fonte⁷⁶.

Ao nos voltarmos para o Ensino Médio, o termo Empatia é abordado inicialmente dentro das competências específicas de linguagens e suas tecnologias para o Ensino Médio.

Compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem, respeitando as diversidades e a pluralidade de ideias e posições, e atuar socialmente com base em princípios e valores assentados na democracia, na igualdade e nos Direitos Humanos, exercitando o autoconhecimento, a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, e combatendo preconceitos de qualquer natureza⁷⁷.

Em seguida o termo aparece dentro da competência específica número 2.

Compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem, respeitando as diversidades e a pluralidade de ideias e posições, e atuar socialmente com base em princípios e valores assentados na democracia, na igualdade e nos Direitos Humanos, exercitando o autoconhecimento, a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, e combatendo preconceitos de qualquer natureza⁷⁸.

Essa habilidade específica aborda a capacidade de compreender e analisar situações e contextos relacionados à produção de significados nas práticas sociais de linguagem, tanto na recepção quanto na produção de discursos. Isso envolve a percepção de conflitos e relações de poder que caracterizam tais práticas.

Por fim, o texto ainda é encontrado se relacionando a competência específica de número seis que busca apreciar esteticamente as mais diversas produções artísticas e culturais, considerando suas características locais, regionais e globais, e mobilizar seus conhecimentos sobre as linguagens artísticas.

A fruição, alimentada por critérios estéticos baseados em contrastes culturais e históricos, deve ser a base para uma maior compreensão dos efeitos de sentido, de apreciação e de emoção e empatia ou repulsão acarretados por obras e textos⁷⁹.

⁷⁶ Ibid., p. 431.

⁷⁷ Ibid., p. 490.

⁷⁸ Ibid., p. 492.

⁷⁹ Ibid.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que estabelece os conhecimentos, competências e habilidades essenciais que todos os estudantes brasileiros devem desenvolver ao longo da Educação Básica. Ela serve como referência para a elaboração dos currículos das escolas, garantindo uma base comum que orienta o processo educacional em todo o país. A BNCC busca promover uma educação mais equitativa e inclusiva, destacando a importância do desenvolvimento integral dos estudantes, contemplando aspectos cognitivos, emocionais, sociais e culturais. Nesse contexto, as práticas colaborativas de ensino surgem como ferramenta fundamental para a implementação efetiva da BNCC, uma vez que promovem a interação entre educadores, a troca de experiências e a construção coletiva de estratégias pedagógicas alinhadas aos objetivos do documento.

No que diz respeito à área em que os marcadores relacionados à colaboração tiveram maior visibilidade, destacou-se na categoria de Linguagens, especialmente no componente curricular de Língua Portuguesa, seguido por Língua Inglesa e Arte. A presença expressiva em língua portuguesa provavelmente resultou do processo de alfabetização acontecer aos pares desde os anos iniciais do ensino. Infelizmente constatamos raras ou inexistentes aparições no campo das Ciências Exatas ou Biológicas, no que se refere a Aprendizagem Colaborativa.

Ao longo dessa análise pudemos observar também que marcadores relacionados à colaboração aparecem de forma frequentemente nas introduções do documento. Isso se deve ao fato de se tratar de um documento padrão e comum para todo o território nacional, com intenção de contemplar a todos os estudantes de forma equivalente, com práticas colaborativas propondo uma abordagem que vai além da transmissão de conteúdos isolados, incentivando a integração entre disciplinas e a promoção de projetos interdisciplinares. No entanto, na prática, observamos que a BNCC tem servido para aprofundar interesses de mercado e em torno do controle sobre o conhecimento, com as investidas ideológicas conservadoras e não busca uma educação social, coletiva, culturalmente relevante e que almeja justiça curricular e social efetiva, dentro dos diferentes cenários brasileiros.

A Base Nacional Comum Curricular, em teoria, destaca a importância da participação ativa dos estudantes no processo educacional, incentivando práticas que os envolvem como protagonistas de sua aprendizagem. Entretanto, a diversidade do Brasil contrasta com a BNCC. Essa diversidade demanda uma variedade de opções, percursos educacionais e garantias de condições para que os processos de ensino-aprendizagem sejam eficazes. Dadas as origens distintas, necessidades diversas e as diferentes características sociais, culturais e econômicas, é essencial oferecer trajetórias educacionais variadas. Tratar de maneira uniforme aqueles que são desiguais apenas aprofunda as disparidades, resultando na subalternização de alguns em relação a outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera. "A formação das novas gerações como campo para os negócios? Aguiar, Márcia Angela da Silva; Dourado Luiz Fernandes (Org). A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas. [Livro Eletrônico]." Recife: ANPAE (2018).

AGUIAR, Márcia Angela da Silva; DOURADO Luiz Fernandes (Org). A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas. [Livro Eletrônico]. Recife: ANPAE.

ANA (2016). *Avaliação Nacional da Alfabetização* Disponível em: Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb/sobre-a-ana> Acesso em: set. de 2023.» <http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb/sobre-a-ana>

ARENILLA, Louis; SERPA, Maria Teresa. Dicionário de pedagogia. (*No Title*), 2001.

BARKLEY, Elizabeth F.; MAJOS, Claire Howell; CROSS, Patricia K. Collaborative learning techniques: a handbook for college faculty. 2. ed. San Francisco/CA: Jossey-Bass. 2014.

BEDIN, Everton. Aprendizagem colaborativa, troca de saberes e redes sociais: tríade na educação básica. *Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia*, v. 10, n. 2, 2017.

Brasil. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Portaria CNE/CP n. 10, de 6 de agosto de 2009. Indicações para subsidiar a construção do Plano Nacional de Educação 2011-2020. Brasília, DF:

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Emenda Constitucional n. 59, de 11 de novembro de 2009. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 nov. 2009.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei n. 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. Regulamenta o trabalho voluntário no país. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 19 fev. 1998.

BUS, Adriana G.; VAN IJZENDOORN, Marinus H.; PELLEGRINI, Anthony D. Joint book reading makes for success in learning to read: A meta-analysis on intergenerational transmission of literacy. *Review of educational research*, v. 65, n. 1, p. 1-21, 1995. CNE/CP, 2009.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Ensino religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica recorrente. *Revista Brasileira de Educação*, p. 183-191, 2004.

DA MATTA, Roberta Rodrigues; DE BARROS, Marcelo Diniz Monteiro; DE MEIRELLES, Rosane Moreira Silva. A FOTOGRAFIA COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO APRESENTADA NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: ENTRAVES E POSSIBILIDADES. *Criar Educação*, v. 12, n. 1, p. 21-40, 2023.

DILLENBOURG, Pierre. What do you mean by collaborative learning?. *Collaborative-learning: Cognitive and Computational Approaches.*, p. 1-19, 1999.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os impactos nas políticas de regulação e avaliação da educação superior. *A BNCC na contramão do PNE*, v. 2024, p. 38-43, 2014.

FERREIRA, Lúcia Gracia; DE ANDRADE ABREU, Roberta Melo. Características e desafios dos/nos anos iniciais do ensino fundamental: vozes de estagiários. *Revista de Estudos em Educação e Diversidade-REED*, v. 2, n. 5, p. 1-31, 2021.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. 6. ed. São Paulo: Ed. da Unesp, 2000.

FRIEND, Marilyn; COOK, Lynne. *Interactions: Collaboration skills for school professionals*. Longman Publishing Group, 95 Church Street, White Plains, NY 10601, 1992.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. *Escola SA: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília: CNTE, p. 9-49, 1996.

IDOL, Lorna; NEVIN, Ann; PAOLUCCI-WHITCOMB, Phyllis. *Collaborative consultation*. Pro-ed, 1994.

JUSTICE, Laura M.; SOFKA, Amy E. *Engaging children with print: Building early literacy skills through quality read-alouds*. Guilford Publications, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2004.

MENDES NETTO, Cristiane; PERPÉTUO, Denise Gracioli A. Martins. Estratégias para construção de relações afetivas em ambientes virtuais de aprendizagem. In: *Congresso Internacional de Educação a Distância*. 2010.

OLIVEIRA, Susana Alexandra; CARDOSO, Eduardo Luís. Novas perspectivas no ensino da língua Inglesa: blogues e podcasts. *Educação, Formação e Tecnologias*, v. 2, n. 01, p. 87-101, 2009.

PESTANA, Simone Freire Paes. Afinal, o que é educação integral. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 9, n. 17, p. 24-41, 2014.

SANTOS, Maicon Rodrigues. AVANÇOS E RETROCESSOS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA, DURANTE OS GOVERNOS PT, MICHEL TEMER E BOLSONARO. *Revista Docência e Cibercultura*, v. 7, n. 3, p. 250-256, 2023.

SILVA CARNEIRO, Rafael Jacson. Pressupostos do ensino religioso na escola. *Editora Licuri*, p. 228-244, 2023.

SILVA, Albanessa Ferreira da. O papel da educação infantil no processo de alfabetização das crianças. Repositório UFOP. 2023.

SILVA, José Carlos. O Currículo e o Ensino Religioso na BNCC: reflexões e perspectivas. *Revista Pedagógica*, v. 20, n. 44, p. 56-65, 2018.

SOUZA, Amaralina (org.). *Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede*. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

VYGOTSKY, Lev Semenovich; DA MENTE, A. Formação Social. o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores—organizadores Michael Cole (et al.); tradução José Cipolla Neto. *Luis Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche—6ª edição—São Paulo: Martins Fontes*, 1998.

Recebido em: 22/01/2024

Aprovado em:18/04/2024